

CONCLUSÕES

Ao analisar o número de habitantes do Estado do Espírito Santo, constata-se que o crescimento populacional 2,31% a.a. entre 1980 e 1991 e 1,53% a.a. entre 1991 e 1996, tem sido ligeiramente superior ao verificado para a totalidade do país 1,93% a.a. e 1,36% a.a., para os mesmos períodos. O grau de urbanização é relativamente elevado e demonstrou crescimento quando são examinados os percentuais de 1991 (74,01%) e 1996 (77,64%). Já com relação à população rural, observou-se queda, de -0,7% a.a. entre 1980 e 1991 e de -1,53% a.a. entre 1991 e 1996.

Do total de 67 municípios do Estado do Espírito Santo - seis dos quais criados em 1997, a maioria (41 deles) pode ser considerada de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes. Apenas 26 tinham mais de 20 mil habitantes. Destes, onze tinham população superior a 50 mil habitantes, mas abrigavam nada menos do que 64% da população estadual em 1996. Na Região Metropolitana da Grande Vitória, estão os quatro maiores municípios do Estado que, em 1996, tinham a seguinte população: Vitória, a capital, com 265.874 habitantes; Cariacica, com 301.183 habitantes; Vila Velha, com 297.430 habitantes; e Serra, com 270.373 habitantes. O quinto município da Região Metropolitana da Grande Vitória, Viana, tinha 47.494 habitantes. Essa região corresponde a 42,19% do total da população do Estado. Segundo dados de 1996, excetuados os municípios da Grande Vitória, há no Estado apenas mais três com mais de 100 mil habitantes (Cachoeiro de Itapemirim, com 150.359 habitantes; Linhares, com 125.297 habitantes; e Colatina, com 104.545 habitantes) e apenas quatro com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (São Mateus, com 82.514 habitantes; Guarapari, com 73.730 habitantes; Aracruz, com 59.565 habitantes; e Itapemirim, com 51.247 habitantes).

No projeto de implantação de uma rede de estabelecimentos de educação profissional no Estado do Espírito Santo, é prioritária a instalação de centros regionais nos municípios populosos das regiões mais importantes do Estado, como Cachoeiro de Itapemirim (região sul espírito-santense), Colatina (região noroeste espírito-santense), São Mateus e/ou Linhares (região do litoral norte espírito-santense) e Vitória, Cariacica, Vila Velha e Serra (região central espírito-santense, que integra os municípios da Região Metropolitana de

Vitória). Deve-se considerar que a reduzida superfície do Estado, somada à existência de uma malha viária extensa e de qualidade e que serve a praticamente todas as localidades do Estado, favorece o deslocamento da população interessada em freqüentar cursos de educação profissional aos centros regionais mais importantes.

Para planejar a oferta de educação profissional no Estado do Espírito Santo, devem ser consideradas ainda outras características socioeconômicas. Sua economia, por exemplo, embora baseada por muito tempo quase exclusivamente na agricultura, sobretudo do café, é hoje bastante diversificada. Atualmente, a atividade agropecuária, produz, além do café, plantado em todo o Estado do Espírito Santo, frutas, com destaque para o mamão papaia, cultivado no norte do Estado e destinado também à exportação; como abacaxi e coco. Especiarias, principalmente a pimenta-do-reino; e eucalipto, matéria-prima para a produção de celulose, um dos principais bens de exportação do Estado. No Espírito Santo, planta-se ainda a cana-de-açúcar, o cacau e a seringueira para a extração da borracha. À exceção das culturas destinadas à exportação, predomina no Estado uma agricultura de padrão tecnológico relativamente baixo; a pecuária bovina, que tem participação reduzida na atividade agropecuária, é basicamente de caráter extensivo.

Ainda dentro do setor primário da economia capixaba, deve ser destacada a importância do extrativismo, com ênfase para as pedras ornamentais, no norte e no sul do Espírito Santo, cuja produção é em parte beneficiada no próprio Estado, o que aumenta seu valor, e para o petróleo e o gás natural, na região norte do Estado.

A atividade industrial é relativamente recente e fortemente marcada pela presença de três grandes empresas da categoria de bens intermediários, que têm todas as características dos complexos industriais exportadores: a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, que se dedicam à metalurgia, e a Aracruz Celulose, que se dedica à produção de celulose. Tem expressão, ainda, a indústria de alimentos, têxtil e de confecções. Outra atividade industrial importante é a que resulta do beneficiamento de pedras ornamentais, principalmente mármore e granito, e que também compõe a pauta de produtos de exportação do Estado.

No setor terciário destacam-se as atividades ligadas ao comércio exterior, vinculadas à dinâmica econômica do Estado, e a atividade turística, que tem grande potencial de crescimento. Nesta, sobressaem-se tanto a região serrana, marcada pela colonização italiana, suíça e alemã, quanto o litoral, sendo o da região sul, cujo pólo principal se localiza em Guarapari, o mais antigo, e o da região norte, o mais recente, marcado pelas características do litoral sul baiano.

Na economia do Espírito Santo, a partir da análise da estrutura de seu PIB com dados relativos ao ano de 1998, predominam os serviços: 61,3% do PIB do Estado é gerado pelos vários segmentos desse setor.

A indústria também é expressiva respondendo por 28,6% do PIB. Cabe destacar, como foi visto anteriormente, que ela está fortemente vinculada a dois grandes complexos industriais exportadores específicos (metalurgia e celulose).

A agropecuária responde por 13% do PIB do Estado, e boa parte do valor da produção correspondente ao cultivo do café, principal cultura do Espírito Santo, de frutíferas para exportação e também do eucalipto, utilizado como matéria-prima para a fabricação de papel e celulose.

Este quadro das atividades econômicas do Estado do Espírito Santo sugere múltiplas possibilidades para uma instituição de educação profissional, que podem contemplar desde a modernização do beneficiamento de pedras ornamentais, com ganhos de produtividade e redução no número de acidentes de trabalho, passando pela profissionalização das atividades da indústria de confecção, até o aprimoramento da infra-estrutura necessária ao comércio exterior, sem esquecer o fomento ao turismo, cujo potencial no Estado parece promissor.

O exame dos dados relativos à evolução das ocupações e do emprego, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), correspondentes ao período compreendido entre 1992 e 1999, pode constituir um indicador importante para que as instituições de educação profissional definam suas prioridades, pois apontou que as maiores taxas de crescimento ocorreram nas atividades relacionadas a comércio e serviços, tais como

serviços comerciais, varejo, clínicas e ambulatórios, supermercados, comércio de artigos de construção e polícia militar; já os maiores contingentes de trabalhadores empregados podiam ser encontrados no comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços auxiliares.

Quando analisadas as informações primárias resultantes da visita dos pesquisadores da Paer às empresas industriais e de prestação de serviços do Estado do Espírito Santo, detectou-se a importância atribuída pelos empregadores a uma série de quesitos que interessam diretamente a todos aqueles que planejam e ofertam educação profissional.

Com relação à distribuição dos assalariados nas unidades locais pesquisadas no Estado do Espírito Santo, entre aqueles que são diretamente ligados à produção e aqueles que não são diretamente ligados à produção (pessoal administrativo e outras atividades de suporte), constatou-se que a maior parte dos trabalhadores – 81,3% dos industriários e 76,6% daqueles alocados no setor de serviços – é vinculada à atividade principal nas unidades nas quais está engajada.

O que se constata é que, excluídos os trabalhadores não assalariados, que constituem uma pequena fração do total do pessoal ocupado (2,3% nas indústrias e 1,8% na prestação de serviços), uma parcela ainda relativamente elevada dos empregados (16,4% dos contratados pelas indústrias e 21,7% pelos serviços) presta as mais diferentes formas de apoio à atividade principal das unidades pesquisadas.

Assim, é relevante que as instituições de educação profissional, ao definirem as áreas para as quais vão planejar e desenvolver cursos, incluam também a de gestão, uma vez que os egressos de tais cursos poderão se engajar profissionalmente na prestação de apoio administrativo às empresas de qualquer um dos setores da economia, bem como nos órgãos da administração pública.

Na área de recursos humanos, foram pesquisados vários indicadores específicos e que são importantes no planejamento e na oferta de educação profissional.

Um deles, que diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários, é essencial para desenhar os currículos de educação profissional, que deverão estar assentados sobre as competências desenvolvidas na educação básica, seja no ensino fundamental, seja no médio.

Ao examinar a escolaridade requerida para a contratação, dividindo-se os postos de trabalho entre os ligados à atividade principal e os administrativos, constata-se, no Estado do Espírito Santo, que as exigências para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, são sensivelmente superiores às dos candidatos ligados à atividade principal, numa categoria superior de qualificação ocupacional. No Espírito Santo, a maior parte das empresas pesquisadas (81,4% das industriais e 78,5% das de prestação de serviços) exige dos candidatos a emprego na área administrativa o ensino médio concluído, enquanto a maioria das indústrias (43,7%), solicita dos candidatos a emprego qualificados ligados à atividade principal. No caso específico das empresas de prestação de serviços, as exigências são igualmente elevadas também para o pessoal qualificado ligado à atividade principal, na medida em que uma parte considerável delas (38,7%) espera que tais trabalhadores tenham também o ensino médio completo, embora 39,3% dessas empresas exijam apenas o fundamental completo.

Tal fenômeno se explica pela percepção que o próprio mercado de trabalho tem de que as competências profissionais relacionadas às atividades de apoio administrativo estão estreitamente ligadas aos objetivos da educação básica, particularmente do ensino médio, que, não por acaso, é justamente o nível de escolaridade mais exigido dos candidatos a emprego na categoria de qualificação ocupacional administrativa básica. Reiterando-se o que foi dito anteriormente sobre a participação dos trabalhadores não ligados à atividade principal no total do pessoal ocupado nas unidades pesquisadas no Estado do Espírito Santo, sugere-se que, ao serem programadas as ações de educação profissional para qualificar os trabalhadores que prestarão apoio administrativo, sejam ponderados criteriosamente os pré-requisitos de escolaridade definidos para os programas a serem ofertados, de maneira a adequá-los também aos pré-requisitos do mercado de trabalho.

Outra variável investigada pela Paer diz respeito às exigências feitas pelos empregadores com relação a cursos profissionalizantes, no momento da contratação de funcionários. Também aqui elas variam conforme a categoria de qualificação profissional examinada.

Para qualquer um dos dois setores examinados, entre os trabalhadores semiqualeificados e qualificados ligados à atividade principal, são privilegiados os cursos profissionalizantes de nível básico.

Os cursos de curta duração (cursos livres) revelaram-se bastante valorizados como uma complementação à formação dos técnicos de nível médio e superior ligados à atividade principal.

Cabe destacar, no entanto, que, no que diz respeito à habilitação técnica de nível médio com curso profissionalizante, a maior parte das empresas mostrou coerência em suas respostas, na medida em que a associou à categoria de qualificação profissional de técnicos de nível médio, privilegiando-a em relação às duas outras.

Para os trabalhadores de apoio administrativo, não ligados à atividade principal, em todas as categorias de qualificação profissional examinadas, a preferência dos empregadores recai sobre os cursos profissionalizantes de curta duração (cursos livres). Essa preferência sugere que as instituições de educação profissional poderiam oferecer, na modalidade de nível básico, educação profissional com as características dos cursos livres de curta duração, que parecem estar mais de acordo com as expectativas dos empregadores.

Isso pode ser um indicador precioso para que as instituições de educação profissional pensem em diversificar sua oferta de ensino profissionalizante no que diz respeito não apenas a seus títulos, mas também suas modalidades, incorporando aos cursos de educação profissional de nível básico, que podem oferecer a qualquer momento, sem qualquer tipo de restrição imposta pelos órgãos normativos, elementos encontrados em alguns cursos profissionalizantes livres, ministrados por instituições idôneas.

A Paer investigou ainda a importância, na perspectiva dos empregadores, da participação de algumas rotinas de trabalho desenvolvidas pela maior parte

dos empregados das várias categorias de qualificação ocupacional, tanto as ligadas à atividade principal quanto aquelas relacionadas ao apoio administrativo, quer na indústria, quer na prestação de serviços. Em seguida, solicitou-se que os empregadores se posicionassem com relação às mesmas atividades, agora entendidas como carências e que, em sua avaliação, comprometem o desempenho profissional de um grande número de empregados. As eventuais discrepâncias observadas envolvendo o cotejamento das rotinas com as respectivas carências podem sugerir o esforço de qualificação profissional a ser despendido para que o desempenho dos trabalhadores se aproxime mais das expectativas dos empregadores.

O uso de microcomputadores, como se supunha, revelou-se uma rotina disseminada nos dois setores econômicos examinados, sobretudo entre as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Destaca-se que a participação dessa rotina é maior entre os trabalhadores não ligados à atividade principal do que entre seus colegas diretamente relacionados à atividade principal, tanto na indústria quanto na prestação de serviços.

Seu uso foi considerado também importante entre a maior parte dos técnicos de nível médio ligados à atividade principal, na indústria e na prestação de serviços, e tem alguma expressividade entre os trabalhadores qualificados ligados à atividade principal do setor de serviços. Na indústria, para estes trabalhadores, a rotina foi considerada menos importante.

Esses dados apontam para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissional, não apenas nos cursos de habilitação profissional. É preciso também incluí-la nos cursos de qualificação profissional e nos de educação profissional de nível básico. Finalmente, deve-se dar especial atenção à participação deste componente nos currículos de educação profissional voltados à formação dos trabalhadores que oferecem suporte administrativo à atividade principal, pois foi justamente nesse grupo que essa rotina se revelou mais importante.

O uso de língua estrangeira revelou-se pouco expressivo mais na indústria do que no setor de serviços, e apenas na categoria de qualificação ocupacional

que contém os profissionais de nível superior, tanto do pessoal ligado à atividade principal quanto do pessoal administrativo.

Da mesma forma, a carência de noções básicas de língua estrangeira foi percebida pelos empregadores como pouco importante, embora sua incidência tenha sido maior nas categorias de qualificação ocupacional mais elevadas, e maior no setor de serviços do que na indústria.

Os dados relativos às rotinas de trabalho que envolvem conhecimento técnico atualizado apontam para indicadores importantes quando cotejados com as informações sobre carência de conhecimentos específicos da ocupação, tanto para a indústria quanto para a prestação de serviços, para o pessoal ligado e para o não ligado à atividade principal.

Afinal, se parece natural que as rotinas que envolvem conhecimentos técnicos atualizados sejam tanto mais necessários quanto maior for a categoria de qualificação ocupacional examinada, sobretudo entre os técnicos de nível médio e o pessoal de nível superior, o exame da falta de conhecimentos específicos da ocupação evidencia um descompasso entre as expectativas que os empregadores têm da força de trabalho e as reais condições que estes mesmos trabalhadores têm de atender a tais expectativas, em todas as categorias de qualificação ocupacional, inclusive nas mais elevadas.

Tal desajuste indica que pelo menos parte das ações de educação profissional oferecidas não atendeu integralmente às necessidades dos empregadores, no caso dos trabalhadores que passaram por algum tipo de qualificação profissional, sobretudo daqueles das categorias de qualificação ocupacional inferiores, mas não apenas estes, o que merece consideração por parte das instituições de ensino profissionalizante, que devem procurar adequar melhor o currículo de seus cursos às expectativas do setor produtivo.

O emprego de técnicas de qualidade, entendidas no Estado do Espírito Santo como rotinas de trabalho relativamente disseminadas e que são mais freqüentes quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional, encontra-se distribuído pelas várias classes, tanto naquelas ligadas à atividade principal como nas relacionadas ao apoio administrativo, dos dois setores econômicos estudados.

Além de procurar integrar esse objetivo a sua proposta pedagógica, as instituições de educação profissional devem cuidar da questão concreta que envolve a incorporação de valores e práticas das forças produtivas a seus programas, como é o caso da qualidade.

Trata-se, assim, de dar à qualidade o tratamento de componente curricular essencial, de forma a assegurar sua presença no perfil profissional dos egressos de todos os cursos oferecidos. É importante ressaltar que o conceito de qualidade, embora tenha sido gerado no ambiente industrial, vem sendo cada vez mais utilizado em outras atividades econômicas, como é o caso dos serviços, o que justifica sua introdução em todos os programas de educação profissional, quaisquer que sejam as áreas profissionais e as modalidades contempladas.

Há ainda um grupo de rotinas cuja freqüência é bastante expressiva nos dois setores estudados, tanto para os trabalhadores ligados quanto para os não ligados à atividade principal, e cuja presença é tanto maior quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional examinada: redação básica e matemática básica. As carências referentes a essas rotinas deveriam ser, supostamente, supridas pela educação básica, no ensino fundamental e no médio.

A importância atribuída a elas quando relacionadas à incidência relativamente elevada de suas respectivas carências, sobretudo nas categorias de qualificação ocupacional mais baixas, mas não apenas nelas, aponta para deficiências na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que comprometem o desempenho dos trabalhadores, prejudicando inclusive sua capacidade de desenvolver novas habilidades e funções. Tais carências poderiam ser sanadas com programas instrumentais, focados na solução dos problemas profissionais mais freqüentes.

Há ainda outro grupo de três rotinas de trabalho (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe) que, embora presente em todas as categorias de qualificação ocupacional, para os trabalhadores ligados e os não ligados à atividade principal dos dois setores econômicos examinados, foi mais freqüente nas categorias mais elevadas e caracteriza um

conjunto de competências imprescindível ao desempenho que se espera dos trabalhadores.

Sabe-se que no caso de supervisores, são particularmente importantes as competências relacionadas à expressão e comunicação verbais e ao trabalho em equipe.

Como seria de se esperar, a rotina que diz respeito ao contato com clientes se revela bem mais expressiva quando examinada para o setor de serviços, no caso específico do pessoal ligado à atividade principal, do que quando examinada para seus colegas do setor industrial.

Tal ocorrência é natural, uma vez que uma das características do setor de serviços é justamente a de colocar face a face o profissional prestador de serviços e seu cliente. Assim, não se deve minimizar sua importância para os demais setores econômicos, pois parece estar crescendo o conceito de *cliente interno* nas relações intra-institucionais, quaisquer que sejam as organizações, privadas ou públicas.

Assim, as instituições de educação profissional devem zelar para que esta competência e as outras duas (expressão e comunicação verbais e, sobretudo, trabalho em equipe) sejam desenvolvidas em todos os programas que oferecem, inclusive numa perspectiva instrumental, ou seja, aplicadas a situações concretas de trabalho.

No caso particular das duas últimas competências citadas, seu desenvolvimento deve ser assegurado, ao longo de toda a duração dos programas, a partir de estratégias de ensino que estimulem e valorizem o uso da linguagem oral e do trabalho em grupo.

Outra variável investigada, ainda na área dos recursos humanos, diz respeito aos instrumentos empregados pelas empresas na seleção dos candidatos às vagas disponíveis.

Constatou-se, nos dois setores estudados, tanto para o pessoal ligado como para o não ligado à atividade principal, a importância relativamente maior dos seguintes instrumentos de seleção: entrevista com o contratante, análise de currículo, testes de conhecimentos práticos e recomendações/indicações.

Com relação ao currículo, o empregador deseja apreender em que medida sua análise permite avaliar a compatibilidade da experiência profissional do candidato com o cargo que ele pretende ocupar.

Essa exigência de currículo, que constitui uma barreira quase intransponível para que os jovens sem experiência profissional, mesmo qualificados, obtenham seu primeiro emprego, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional introduzam em seus programas estratégias de ensino-aprendizagem que sejam percebidas pelos empresários como equivalentes a uma experiência profissional efetiva. Essa providência, além de aprimorar a formação prática dos alunos, contribui para melhorar suas condições na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

Deve-se destacar, ainda, a precedência dos testes de conhecimentos práticos sobre os teóricos, nos dois setores analisados, tanto para o pessoal ligado quanto para o não ligado à atividade principal, em praticamente todas as categorias de qualificação profissional. Esse fenômeno parece revelar que os empregadores, sem desprezar a dimensão teórica de determinado saber profissional, estão interessados em avaliar em que medida os conhecimentos são aproveitados pelos candidatos.

Por fim, a importância atribuída à entrevista como instrumento de seleção, em todas as categorias de qualificação ocupacional dos dois setores econômicos estudados, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissional incorporem a seus currículos atividades especificamente voltadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados às situações de entrevista, de forma a melhorar as condições de absorção dos egressos de seus cursos pelo mercado de trabalho, sobretudo dos jovens sem experiência profissional.

A Paer investigou, ainda, no Estado do Espírito Santo, a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissional. Dentre as várias modalidades sugeridas (recrutamento de egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, acolhimento de alunos em estágios, oferta de estágios nas empresas aos professores das escolas, participação dos professores das escolas em projetos das empresas,

desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, participação das empresas na definição dos currículos das escolas, cessão de equipamentos e insumos para uso das escolas e prestação de auxílio financeiro às escolas), destacaram-se apenas aquelas consideradas mais tradicionais, ou seja, a cessão pelas empresas de suas instalações como campo de estágio para os alunos das escolas e o recrutamento de profissionais dentre os egressos dos cursos oferecidos pelas escolas profissionalizantes. Especificamente com relação ao treinamento de funcionários nas escolas, as instituições do Sistema S e do Sebrae se destacaram.

A baixa participação das demais modalidades de relacionamento entre as instituições de educação profissional e o setor produtivo e o grande número de respostas que indicam que as empresas simplesmente não têm relacionamento com as escolas profissionalizantes parecem apontar para a necessidade de que as duas partes envolvidas incrementem seus vínculos, tornando assim os esforços de qualificação profissional mais efetivos.

Finalmente, a Paer investigou o perfil do pessoal ocupado, por sexo, na indústria e na prestação de serviços do Estado do Espírito Santo.

Pode-se dizer que o pessoal ocupado assalariado nas unidades locais pesquisadas é majoritariamente do sexo masculino.

Contudo, constata-se que a participação das mulheres na prestação de serviços é ligeiramente maior do que a de suas colegas da indústria.

Quando se desagrega o pessoal ocupado assalariado, segundo trabalhadores ligados e não ligados à atividade principal nos dois setores econômicos examinados, constata-se novamente a supremacia dos trabalhadores em relação às trabalhadoras, exceção feita aos não ligados à atividade principal do setor de serviços, que são majoritariamente do sexo feminino. As mulheres são também maioria nos segmentos de alojamento e alimentação e saúde, dentro do setor de serviços.

Da análise das dinâmicas agropecuárias do Estado do Espírito Santo, é possível visualizar as tendências futuras de demanda da mão-de-obra técnica, que permitem estabelecer prioridades para a revisão da proposta curricular e

pedagógica das escolas agrotécnicas federais (EAFs). Dentre as principais, destacam-se:

a) capacitação para a conservação, a recuperação e o manejo de recursos hídricos, incluindo implementação de projetos de saneamento básico:

– a relação entre o desmatamento, o manejo florestal inadequado e a diminuição do tempo de retenção no solo das águas das chuvas nas áreas de captação das bacias hidrográficas da região Norte tem agravado o problema do déficit hídrico, principal fator limitante para a expansão e diversificação da agropecuária na região;

– há necessidade de garantir uma expansão equilibrada da irrigação na agricultura, com práticas corretas e diminuir os conflitos de uso dos recursos hídricos entre atividades e proprietários das regiões mais secas;

– o enfrentamento do problema da poluição dos cursos d'água, que envolve desde a redução do uso de agrotóxicos e a solução para o destino final das embalagens dos mesmos até a implantação de infraestrutura de saneamento básico e tratamento de esgotos nas áreas rurais e urbanas, demandará esforços conjuntos para a capacitação de produtores e trabalhadores em técnicas adequadas de manejo de recursos hídricos.

b) capacitação para a produção orgânica:

– a produção orgânica de olerícolas e frutas por pequenas propriedades na região serrana, voltada para exportação e para o abastecimento dos mercados dos grandes centros urbanos, e as atividades do turismo rural poderão gerar importante crescimento econômico para a região;

– a produção orgânica de café arábica de qualidade, voltada para exportação, e de café *conillon*, voltada para a indústria, poderá ser uma das alternativas de ampliar o valor agregado da cafeicultura, viabilizando a diversificação, nas áreas de café arábica e *conillon*;

– a produção orgânica de frutas para a exportação, por grandes empresas na região Litoral Norte, também é uma tendência que demandará profissionais com habilidades específicas na produção orgânica, que é mais intensiva em mão-de-obra que a produção convencional.

c) capacitação gerencial para a gestão empresarial e para o conhecimento do funcionamento dos mercados agropecuários:

– as vantagens comparativas que o Estado do Espírito Santo possui nas atividades exportadoras estão capacitando os produtores/exportadores para a exploração de mercados diferenciados e exigentes em qualidade, inclusive em aspectos ambientais, possibilitando o aumento da competitividade no mercado interno. Essa tendência abre uma grande oportunidade para a requalificação tecnológica de inúmeras atividades agropecuárias, constituindo espaço para contratação de técnicos preparados para atender a essas novas exigências.

d) capacitação para atuação em atividades não-agrícolas:

– como foi salientado, o turismo rural teve um grande desenvolvimento no Estado, especialmente na região serrana. Vários municípios da região foram fundados por colônias de imigrantes e permaneceram com características arquitetônicas e culturais típicas, constituindo alternativa turística frente à saturação do turismo no litoral capixaba. O maior crescimento do turismo rural está no eixo Vitória – Belo Horizonte, onde destacam-se os municípios de Pedra Azul, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, entre outros, que apresentam grande capacidade hoteleira. Capacitar a mão-de-obra técnica para as mais diversas funções na atividade turística é um grande campo de atuação para as EAFs, principalmente a Escola de Santa Teresa, localizada na região serrana;

– o crescimento da demanda de mão-de-obra pela indústria têxtil na região de Colatina também abriu um ótimo campo de atuação para a escola agrotécnica, que soube incorporar e atender esta nova exigência do mercado de trabalho. Assim como ocorreu com a indústria têxtil, outras indústrias podem vir a demandar técnicos com novas especificidades. Portanto, é fundamental que as EAFs tenham a percepção e a sensibilidade para atender novas demandas não-agrícolas no seu entorno socioeconômico.